

Vanguarda e mazelas do SUS em Campinas nos últimos dez anos

Em abril de 2013, surgiu na capa da revista Radis, da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), uma imagem que buscava simbolizar o atual Sistema Único de Saúde (SUS): um copo com água pela metade. Essa imagem pode ser remetida à história da saúde pública em Campinas, no entanto, com uma leitura diferente. Se o tal copo induz à pergunta “O SUS se encontra meio vazio ou meio cheio?” – no caso de Campinas, representa dois momentos dessa história.

De acordo com o médico Roberto Mardem Soares Farias, autor da dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp “Construção e consolidação de uma política de Saúde – o SUS em Campinas”, a metade cheia do copo representa o surgimento da saúde pública em Campinas, da década de 1960 até metade da década de 2000. “A metade vazia do copo representa os seus últimos 10 anos. Então, para sermos justos, o copo deveria estar mais cheio que vazio. Talvez 3/4 com água e 1/4 vazio”, diz Mardem.

Em Campinas, há muito o que comemorar pelos feitos do SUS. A cidade tem uma ampla rede de

atenção, a cobertura vacinal atinge o patamar de 95% ou mais, 83% das mulheres realizam sete ou mais consultas de pré-natal, o programa de Aids do município é reconhecido como um dos melhores do Brasil, a reforma psiquiátrica e o cuidado com os pacientes com sofrimento mental são reconhecidos como um dos melhores do país, a Vigilância em Saúde tem conseguido sucessos em casos muito complexos como o de contaminação de solos ou das próteses mamárias de silicone, entre outros.

“Muitos dos dispositivos para uma gestão democrática e de cuidados (colegiados gestores, núcleos de saúde coletiva, apoio institucional, apoio matricial, clínica ampliada, projetos terapêuticos singulares) tornaram-se parte da política ministerial, difundidos para todo o Brasil, a partir da experiência de Campinas”, revela.

Ainda assim, Mardem aponta em sua dissertação, defendida dentro do programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da FCM, que há mazelas no “microcosmo campineiro”. De acordo com dados da pesquisa, Campinas aprovou uma lei aumentando para 17% o piso de seu orçamento para a Saúde. E, todos os anos, desde o meado da década de 1990, esse percentual é ultrapassado, gastando-se acima de 20% até 25% do orçamento municipal. O orçamento municipal dos últimos anos tem sido em torno de R\$ 850 per capita, abaixo do gasto nacional (somatória dos gastos federal, estaduais e municipais), de R\$ 1.098 per capita, em 2013.



“Em 2014, o orçamento municipal previsto foi de R\$ 1 bilhão, o que elevará o gasto per capita ao valor de R\$ 911 reais, ainda assim, abaixo do valor nacional. Estaremos igual ou pouco acima dele em termos de gastos públicos se contabilizarmos os gastos estaduais no Hospital de Clínicas, por meio da Unicamp, cujo orçamento em 2013 foi de R\$ 348 milhões mas, ainda assim, subfinanciado se compararmos aos países da Europa ou mesmo de alguns países sul-americanos”, afirma o médico.

Outro problema apontado pelo pesquisador é o afastamento da classe média do SUS. Levantamento feito por pesquisadores do Departamento de Saúde Coletiva da Unicamp em 2001 e 2002, demonstravam que, das pessoas que se utilizaram de serviços de saúde nos últimos 15 dias anteriores ao inquérito, 50,2% se utilizaram dos serviços públicos, enquanto 45,1% se utilizaram dos privados via planos de saúde e os restantes utilizaram-se de sindicatos e outros tipos de serviços assemelhados.

“Interessante notar que à medida que sobe a escolaridade do chefe da família em anos de estudo e, provavelmente a sua renda, menos se utilizam do SUS. Entre os que têm 12 ou mais anos de estudo, quando perguntados sobre a utilização para problemas de saúde, 100% utilizaram planos de saúde e outros meios. Não houve utilização do SUS. Esta utilização só aumenta quando se trata de internação hospitalar. Nesse caso, 19,1% dos que têm mais de 12 anos de escolaridade utilizaram-se de leitos SUS. É possível que a situação tenha piorado, dado que nesses 12 anos, do período da pesquisa até o momento, cresceu o número de usuários de planos de saúde na cidade”, afirma.

Segundo Mardem, Campinas já foi, com outros municípios, vanguarda na saúde. Afinal, foi uma das primeiras cidades a ter um sistema municipal de saúde, a municipalizar os serviços federais e estaduais e ter legislação garantindo a participação popular em sua fiscalização e gestão. A fragmentação da gestão, a desconexão entre programas verticais e as necessidades territoriais, a ausência de diretrizes para um modelo eficaz, seja de gestão, seja de atenção, estão hoje entre os principais problemas que assolam o SUS campineiro, aponta o pesquisador.

“Se o SUS será mais emancipatório ou uma política voltada para os pobres, ainda que a maioria da população brasileira, se a Reforma se completará segundo os anseios do Movimento Sanitário, que tanto lutou para tornar a saúde um direito de cidadania, dependerá de mudanças que o povo brasileiro deverá decidir se as deseja ou não. O campo da saúde pública, como pensada e instituída constitucionalmente pelo Movimento da Reforma Sanitária, é um espaço privilegiado para a experimentação dessas mudanças e urge fazê-las como forma de contrapor-se ao movimento neoliberal, ao individualismo e à saúde como mercadoria”, ressalta. 

Dissertação: Construção e Consolidação de uma Política de Saúde – O SUS em Campinas

Autor: Roberto Mardem Soares Farias

Orientadora: Maria Filomena de Gouveia Vilela

Área: Pós-Graduação em Política, Gestão e Planejamento

Texto: Edimilson Montalti